



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**30/01/2011**

# INDICE

---

|                              |         |
|------------------------------|---------|
| 1. JORNAL A TARDE            |         |
| 1.1. COMARCAS.....           | 1       |
| 1.2. DESEMBARGADORES.....    | 2       |
| 2. JORNAL ATOS E FATOS       |         |
| 2.1. CARTÓRIOS.....          | 3 - 4   |
| 2.2. COMARCAS.....           | 5       |
| 2.3. INSTITUCIONAL.....      | 6 - 7   |
| 2.4. METAS DO CNJ.....       | 8       |
| 3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO |         |
| 3.1. COMARCAS.....           | 9 - 10  |
| 3.2. DESEMBARGADORES.....    | 11      |
| 3.3. PRESIDENTE.....         | 12      |
| 4. JORNAL O DEBATE           |         |
| 4.1. FORAGIDOS.....          | 13      |
| 4.2. INSTITUCIONAL.....      | 14      |
| 5. JORNAL O IMPARCIAL        |         |
| 5.1. INSTITUCIONAL.....      | 15 - 21 |
| 6. JORNAL PEQUENO            |         |
| 6.1. COMARCAS.....           | 22      |
| 6.2. DESEMBARGADORES.....    | 23 - 24 |
| 6.3. HOMENAGEM.....          | 25      |

## JUIZ PEDE MAIS UMA VARA PARA COMARCA DE SÃO DOMINGOS

O juiz Clênio Lima Corrêa solicitou na sexta-feira (28) ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Gedeon, a criação da 2ª vara da comarca de São Domingos do Maranhão, elevando essa comarca para a entrância intermediária.

Segundo o juiz, verifica-se uma desproporção entre a população da comarca de São Domingos do Maranhão em relação ao único juízo, ao contrário de outras que também possuem um número elevado de habitantes e contam com duas varas à disposição dos jurisdicionados, como é o caso de Viana, Coelho Neto, Zé Doca, Lago da Pedra, Santa Luzia do Paruá e Araioses.

“A atuação exclusiva de apenas um juiz não é mais suficiente para atender a demanda da comarca, onde foram distribuídos 1.611 processos, em 2010. Tem aumentado consideravelmente a propositura de ações relativas ao Direito de Família e Juizado Especial Cível, tendo a comarca um passivo de 3.670 processos em tramitação”, afirmou Corrêa.

De acordo com o magistrado, a elevação da comarca, com a criação e a instalação de uma segunda unidade jurisdicional, dará mais celeridade aos processos, incrementando a economia da região, com a consequente distribuição de renda.

O presidente do TJMA, Jamil Gedeon, prometeu se empenhar no sentido de atender a solicitação do magistrado. “A viabilidade da proposta será analisada por uma comissão do tribunal. Se o parecer for favorável, será elaborado um projeto de lei embasado em estudo mostrando a realidade da comarca, a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado”, explicou.

A solicitação do juiz foi feita na presença do desembargador Raimundo Cutrim, da presidente da subseção da OAB de Presidente Dutra, Iara Macedo, do prefeito de São Domingos do Maranhão, Kleber Alves de Andrade; do vice-prefeito, Francisco Leite da Silva; do procurador-geral do município, Hilton Pereira, e do presidente da Câmara, Neném do Leão.

# NOVA DIRETORIA

O Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), secção do Maranhão, está com nova diretoria para o biênio 2011/2012. A eleição aconteceu na sede da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), com a posse imediata dos eleitos.

Foi eleito como presidente, José de Ribamar Castro (juiz de direito titular da 1ª Vara de Família da capital) e vice-presidente: desembargador do TJMA, Lourival Serejo.

No contexto: o IBDFAM é uma entidade de cunho técnico-científico sem fins lucrativos, que tem o objetivo de desenvolver e divulgar o conhecimento sobre o Direito de Família e de atuar como força representativa nas questões pertinentes à família brasileira.

Hoje a entidade conta com quase cinco mil associados no Brasil e no exterior, dentre eles, ministros, magistrados, pesquisadores, promotores, defensores públicos, advogados, psicólogos, psicanalistas e assistentes sociais. Tem sua representação consolidada por meio de diretorias estaduais, em todos os estados brasileiros.



TEM LEI NO MARANHÃO

## CGJ APERTA CERCO CONTRA VENDA ILEGAL DE TERRAS A ESTRANGEIROS

**D**esde agosto do ano passado, quando o corregedor Antonio Guerreiro Júnior baixou o Provimento 08/2010, a Corregedoria Geral da Justiça recebeu a primeira notificação oficial sobre a venda de terras a estrangeiros no Estado do Maranhão. A transação ocorreu em outubro de 2010, em Governador

Edison Lobão (a 265 km da capital), e envolveu a compra de duas fazendas com áreas de 41.97,27 e 156.97,1 hectares, respectivamente, pelo comerciante espanhol J.C.G, casado. A Serventia Extrajudicial do Ofício Único de Governador Edison Lobão não informou o vendedor e o valor de cada negócio. **PÁGINA 3**

**Corregedor-geral de Justiça, Antonio Guerreiro Júnior**



 NOTIFICAÇÃO

# CCJ aperta cerco a venda de terras a estrangeiros no MA

Desde agosto do ano passado, quando o corregedor Antonio Guerreiro Júnior baixou o Provimento 08/2010, a Corregedoria Geral da Justiça recebeu a primeira notificação oficial sobre a venda de terras a estrangeiros no Estado do Maranhão.

A transação ocorreu em outubro de 2010, em Governador Edison Lobão (a 265 km da capital), e envolveu a compra de duas fazendas com áreas de 41.97,27 e 156.97,1 hectares, respectivamente, pelo comerciante espanhol J.C.G. casado. A Serventia Extrajudicial do Ofício Único de Governador Edison Lobão não informou o vendedor e o valor de cada negócio.

O envio do documento obedece ao que determina a Lei Federal 5.709, de 5 de outubro de 1971. De acordo com o artigo 11 dessa lei, os Cartórios de Registros de Imóveis devem remeter, a cada trimestre, à Corregedoria da Justiça dos estados a que estiverem subordinados e ao Ministério da Agricultura

(INCRA) a relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, sob pena de perda do cargo pelo titular da serventia.

Quando se tratar de imóvel situado em área indispensável à segurança nacional, a lista deverá ser remetida também à secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional.

A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras - físicas ou jurídicas - não poderá ultrapassar a um quarto da superfície dos municípios onde se situem e será comprovada por certidão do Registro de Imóveis.

Sobre o assunto, o corregedor Guerreiro Júnior baixou provimento no qual determina a registradores de imóveis, tabeliães de notas e de títulos e documentos que observem rigorosamente a Lei 5.709/71 quando apresentarem ou tiverem que lavrar atos de aquisições e arrendamentos de terras rurais por empresas brasileiras com participação estrangeira. Da mesma forma, devem notificar a

Corregedoria acerca de pessoas físicas brasileiras que abram firmas estrangeiras.

Os efeitos da Lei 5.709 devem ser estendidos a pessoas físicas brasileiras casadas ou em união estável com estrangeiro em comunhão universal de bens.

O corregedor acredita que a notificação da venda de terras em Governador Edison Lobão é reflexo do trabalho de fiscalização que Corregedoria realiza em todo o estado no sentido de identificar irregularidades em documentos e cartórios de registros de imóveis.

Em 2010, a Corregedoria detectou irregularidades na compra de terras por estrangeiros nos municípios de Barreirinhas e Turiaçu.

"Quanto a Barreirinhas, o relatório foi enviado ao Ministério Público estadual para que se manifeste. O relatório de Turiaçu está sendo finalizado", informa Guerreiro Júnior.

# Juiz pede mais uma vara para comarca de São Domingos

O juiz Clênio Lima Corrêa solicitou na sexta-feira (28) ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Gedeon, a criação da 2ª vara da comarca de São Domingos do Maranhão, elevando essa comarca para a entrância intermediária.

Segundo o juiz, verifica-se uma desproporção entre a população da comarca de São Domingos do Maranhão em relação ao único juízo, ao contrário de outras que também possuem um número elevado de habitantes e contam com duas varas à disposição dos jurisdicionados, como é o caso de Viana, Coelho Neto, Zé Doca, Lago da Pedra, Santa Luzia do Paruá e Araisés.

"A atuação exclusiva de apenas um juiz na comarca não é mais suficiente para atender a demanda da comarca, onde foram distribuídos 1.611 processos, em 2010. Tem aumentado consideravelmente a propositura de ações relativas ao Direito de Família e Juizado Especial Cível, tendo a comarca um passivo de 3.670 processos em tramitação", afirmou Corrêa.

De acordo com o magistrado, a elevação da comarca, com a criação e a instalação de uma segunda unidade jurisdicional, dará mais celeridade aos processos, incrementando a economia da região, com a conseqüente distribuição de renda.

O presidente do TJMA, Jamil Gedeon, prometeu se empenhar no sentido de atender a solicitação do magistrado. "A viabilidade da proposta será analisada por uma comissão do tribunal. Se o parecer for favorável, será elaborado um projeto de lei embasado em estudo mostrando a realidade da comarca, a ser encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado", explicou.

A solicitação do juiz foi feita na presença da presidente da subseção da OAB de Presidente Dutra, Iara Macedo, do prefeito de São Domingos do Maranhão, Kleber Alves de Andrade; do vice-prefeito, Francisco Leite da Silva; do procurador-geral do município, Hilton Pereira, e do presidente da Câmara, Neném do Leão.

# *TJ julga mais de 650 processos na semana após recesso*

Na primeira semana de retomada dos trabalhos, de 21 a 28 de janeiro, o Tribunal de Justiça julgou 657 processos judiciais.

Durante a semana foram realizadas sessões da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Câmaras Cíveis que, juntas, julgaram 432 demandas, e da 1ª, 2ª e 3ª Câmaras Criminais, que somaram 188. O presidente do TJ, Jamil Geidon, proferiu 55 decisões no período. Dentre as Câmaras Cíveis, o maior número de julgamentos foi registrado na sessão da 3ª Câmara, que

apreciou 156 processos: dentre Criminais, na 2ª Câmara, que julgou 99

As sessões de julgamento foram interrompidas no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, em razão do deferimento de pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), para suspensão dos prazos de intimações de partes, advogados e das audiências nas justiças de 1º e 2º graus

A primeira sessão plenária jurisdicional de 2011 aconteceu na última quarta-feira, 26,

na qual foram pautados 31 processos e 23 apreciados. A primeira sessão do ano foi das Câmaras Cíveis Reunidas, na última sexta-feira, dia 21

**ALTERNÂNCIA** - Em 2011, algumas câmaras isoladas funcionarão com nova presidência, de acordo com sistema de rodízio previsto no Regimento Interno do TJ (Art 15). As Câmaras Reunidas são presididas pelo mais antigo dentre seus membros



## ***TJMA inicia coleta seletiva de papel***

A empresa de reciclagem Ripel Ecoambiental está recolhendo o papel usado durante o expediente do Tribunal de Justiça do Maranhão para ser reutilizado, por meio do processo de reciclagem.

A medida, determinada pela presidência do TJMA, visa cumprir a Meta 6 do Judiciário nacional, que estabelece a redução, pelos tribunais, a pelo menos 2%, o consumo per capita de energia elétrica, telefone, papel, água e combustível.

A Diretoria Geral designou o serviço de apoio do TJ para recolher todo o material, às sextas-feiras, a partir das 14 horas. A Ripel é responsável em separar e destinar para a reciclagem. A empresa vai informar ao Tribunal todo o quantitativo processado.

Além do papel utilizado durante o expediente no TJ, o servidor também poderá encaminhar para a reciclagem o material utilizado de casa, que será destinado ao reaproveitamento e uso pela clientela dos projetos sociais.



### **Papéis serão recolhidos pela equipe de apoio do TJMA**

"Estimulando o comportamento ambiental correto entre os servidores, poderemos diminuir o desperdício de materiais e racionalizar o uso dos recursos", explicou a diretora-geral, Alessandra Darub.

**5º. - TINS - O Corregedor desembargador Guerreiro Junior, tem assoalhado eficácia a frente desta pasta da Corte maior do Estado do Maranhão... Prazo para os juizes titulares de 53 varas de justiça em São Luis e comarcas no interior suspirou no dia 21 de janeiro. esse foi o prazo dado pelo Corregedor. No Maranhão existem mais de 25 mil processos pendentes para julgamento...**

# **Hospital foi negligente, diz família de menina morta após queda**

**Geral 7**

# Família acusa hospital de negligência

Menina de 3 anos caiu da rede, e o médico de plantão no hospital de Bacabal diagnosticou apenas uma luxação no braço; após internação em São Luís, ela morreu apresentando três costelas quebradas e quadro de pneumonia

**Imirante**  
**Lauremar Fernandes**  
Mirante FM de Bacabal

**BACABAL** - Mayane Cleide Conceição Costa, de 3 anos, morreu na madrugada de quinta-feira (27), vítima de uma queda de rede. Assim foi registrada a causa de sua morte no Instituto Médico Legal (IML) de São Luís. Apesar de ter morrido na capital, a criança caiu, ainda no dia 16 deste mês, no município de Bacabal, onde morava com a mãe, Margarete Silva Costa, que já denunciou à imprensa e à Justiça o mau atendimento inicial recebido pela filha.

De acordo com Margarete Costa, no dia 16, quando a filha caiu da rede e o braço da menina inchou, ela foi levada imediatamente para o Hospital Laura Vasconcelos, onde funciona, provisoriamente, o Socorrão. Após uma longa espera, a filha foi atendida, e o diagnóstico foi apenas uma luxação no braço.

No dia 18, Mayane Costa passou a sentir mais dores e a apresentar febre. Levada para o mesmo hospital às 7h, foi atendida apenas às 11h. No receituário, o médico, identificado como Paulo

Roberto, receitou apenas Biofenac - um medicamento anti-inflamatório e analgésico, indicado para o tratamento local de inflamações de origem traumática - e uma tala para o braço da criança. De Bacabal, ela foi encaminhada para São Luís, onde foi atendida no Hospital Municipal Clementino Moura - Socorrão II.

Depois de nove dias em São Luís, Maiane morreu, segundo a mãe, com o diagnóstico da quebra de três costelas e pneumonia. "Os médicos disseram que se minha filha tivesse sido tratada a tempo e do modo correto, seu quadro não teria se agravado", disse a mãe à imprensa.

A reportagem da **Rádio Mirante FM** de Bacabal tentou contato com o médico Paulo Roberto, com o secretário Municipal de Saúde de Bacabal, Lílio Estrela, e com o diretor do Socorrão, Marcos Lins, mas nenhum deles foi localizado ou quis falar sobre o assunto. O **Imirante** tentou o contato com a Secretaria Municipal de Saúde ou com o Socorrão, mas também não obteve sucesso.

O juiz de Bacabal, Roberto de Paula, informou que pedirá a instauração de inquérito policial para apurar o caso.

## Problemas

**Dia 5** de dezembro de 2009: Paulo Oliveira, após sofrer um acidente de trânsito, deu entrada no Hospital Regional Laura Vasconcelos e, segundo familiares, não recebeu o atendimento adequado. Parentes o levaram para Presidente Dutra, mas o jovem morreu.

**Na época**, o juiz Osmar Gomes determinou abertura de inquérito policial para apurar a existência de crime. A delegada responsável, Liliane Passurolo, ao remeter os autos para o Ministério Público, declarou haver constatado a negligência médica e pediu o indiciamento do médico Dilson Sá Ferreira. O processo tramita de forma lenta na 2ª Vara da Comarca de Bacabal.

# Fórum Eleitoral Des. Milson de Souza Coutinho

## JOSÉ CARLOS SOUSA SILVA

No dia 3 (três) do mês de fevereiro do ano em curso, às 10 horas, será inaugurado o Fórum Eleitoral Desembargador Milson de Souza Coutinho em São Bento (MA), na Rua Francisco Xavier, nº 15.

Assim, o Tribunal Regional Eleitoral, hoje, sob a presidência do desembargador Raimundo Freire Cutrim, estará prestando homenagem ao desembargador Milson de Souza Coutinho, que foi presidente deste Tribunal no período de 30 de dezembro de 1997 a 16 de dezembro de 1999.

Trata-se, sem dúvida, de uma justa homenagem, pois o desembargador Milson de Souza Coutinho é de origem pobre, nascido na cidade de Coelho Neto (MA). Enfrentou muitas dificuldades até chegar em São Luís, onde continuou os seus estudos, e trabalhando na busca do melhor na vida e sempre com muito respeito aos direitos dos seus semelhantes.

Desse modo, tornou-se um vitorioso. Concluiu o Curso de Direito, em 1972, na Universidade Federal do Maranhão.

Advogou muito em São Luís e em várias Comarcas do interior do Maranhão. A advocacia ensinou-lhe muito.

Foi conselheiro da OAB-MA - no período de 1983

a 1985, procurador do Estado do Maranhão, e, por último, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça. Hoje, está aposentado.

Teve uma atuação jornalística, com muito destaque, a partir 1959, quando ainda muito jovem, merecendo sempre muitos elogios dos seus leitores.

É membro efetivo e presidente da Academia Maranhense de Letras, onde ocupa a Cadeira nº 15. Está, portanto, onde merece. É autor de várias obras e entre as quais merecem destaque em especial História da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão (4 volumes), Constituições Políticas do Estado do Maranhão, Memória da Advocacia no Maranhão, e Memória dos 180 anos do Tribunal de Justiça.

Assim, o município de São Bento (MA) está sendo também homenageado, pois, a partir do dia 3 de fevereiro de 2011, disponibilizará do seu Fórum Eleitoral com o nome de um ilustre escritor e jurista maranhense.

Em 30 de março de 1905, nos termos da Lei Estadual nº 361, São Bento tornou-se cidade. A partir daí cresceu. Tem uma área de 459 km<sup>2</sup>.

O Fórum Eleitoral é muito importante. Funcionará, sem dúvida, num nível elevado em atendimento ao eleitorado, no reconhecimento de que o povo é, sem dúvida, a fonte, o sujeito, o dono do poder político.

Assim, o município de São Bento ganha maior e melhor espaço. O seu povo merece destaque, pois tem a seu favor uma história que enriquece, por outro lado, a história do Maranhão, justamente por causa da atuação magnífica de seus ilustres filhos.

No início da década de 60, conheci Milson de Souza Coutinho trabalhando, como eu, em jornal. Nossa amizade começou em época difícil, pois éramos estudantes pobres e procedentes da margem do rio Parnaíba, onde, convivendo com a pobreza, aprendemos magníficas lições, que ainda hoje engrandecem a nossa convivência com pobres e ricos nessa linda e magnífica cidade de São Luís, abrigo de nossos sonhos e que nos conduziu ao sucesso na vida.

Ele soube dignificar os cargos, que ocupou, exercendo-os com muita inteligência, sabedoria, em respeito à ética, e nos limites da legalidade. É um vencedor e assim segue construindo o bem.

Os que idealizaram essa homenagem são, sem dúvida, inteligentes e sabem assim construir para os olhos de novas gerações o espelho do passado, através dos quais poderão ver o que de melhor ficou para a eternidade.

Advogado, jornalista e professor universitário, membro da Academia Maranhense de Letras  
E-mail: jcoss@elo.com.br



Fotos/Paulo Soares

Camilla e o Juiz Federal Newton Pereira Ramos Neto com Marina (filha do casal), e os filhos dele, Rafael e Gabriel Gonçalves Ramos

## Linda festa na Oficina dos Sonhos

**A** festa, realizada no buffet Oficina dos Sonhos, tinha toda uma atmosfera infantil. Afinal, foi feita para comemorar o aniversário da pequena Marina, primeira filha dos anfitriões Camilla e Newton Ramos Neto (ela, advogada, e ele, juiz Federal). Mas o encontro terminou se transformando num grande acontecimento social, pelo registro de presenças de nomes de prestígio do Judiciário e da vida social maranhenses.



Desembargador Jamil Gedeon Neto e Milina



A pequena Marina Ramos com os avós Benedito e Amparo Lago



Adriana e Felix Alberto Lima



Benedito e Solange Buzar

# Seic prende foragido da justiça na capital

Policiais da Superintendência Estadual de Investigação Criminal prenderam, nesta quinta-feira, (27), Fredson Saraiva Dias, de 32 anos que estava foragido a três anos da Penitenciária de Pedrinhas. Na época, Fredson foi condenado pela prática de assalto. Durante o cumpri-

mento da pena, recebeu o benefício do regime semi-aberto, quando tinha a permissão de sair durante o dia para trabalhar em uma loja de peças de bicicletas e retornar à Penitenciária durante a noite. Em dezembro de 2007, resolveu não retornar, sendo considerado foragido da Justiça.

Segundo informações policiais, Fredson teria envolvimento em uma série de assaltos ocorridos na Região Metropolitana de São Luís. Fredson será encaminhado à Penitenciária de Pedrinhas, onde ficará a disposição da justiça.

## Coleta de papel

A empresa de reciclagem Ripel Ecoambiental está recolhendo o papel usado durante o expediente do Tribunal de Justiça do Maranhão para ser reutilizado, por meio do processo de reciclagem. A medida, determinada pela presidência do TJMA, visa cumprir a Meta 6 do Judiciário nacional, que estabelece a redução, pelos tribunais, a pelo menos 2%, o consumo per capita de energia elétrica, telefone, papel, água e combustível. A Diretoria Geral designou o serviço de apoio do TJ para recolher todo o material, às sextas-feiras, a partir das 14 horas. A Ripel é responsável em separar e destinar para a reciclagem. A empresa vai informar ao Tribunal todo o quantitativo processado.



A.BAETA/IMP/D.A.PRESS



## ***Espaços perto dos paços***

Bem próximo aos palácios dos Leões (Executivo estadual), La Ravardière (Executivo municipal) e Clóvis Beviláqua (Judiciário) há casarões desocupados e sem conservação.

PÁGINA 10

Vários casarões  
coloniais estão  
desocupados na  
Avenida Pedro II,  
um dos principais  
pontos turísticos  
da capital

**PÁGINA 12**



# Vazios na Pedro II

Endereço de monumentos, como o Palácio dos Leões, La Ravardière e Beviláqua, tem casarões desocupados e sem conservação

## AQUILES EMIR

**A** Avenida Pedro II, um dos locais mais indicados aos turistas que visitam São Luís, está pedindo socorro, pois, apesar de chamar atenção pelas referências históricas e pelo belo casario colonial disposto nas suas margens, deixou de ser vista com olhar de admiração e passou a causar pena, porque quase metade (um total de oito) dos imóveis está desocupada, alguns já em estado de abandono. Os prédios sem ocupação são vizinhos de onde se esperaria as providências adequadas para evitar este quadro: o Palácio dos Leões (sede do Governo do Estado), o Palácio La Ravardière (sede da Prefeitura Municipal) e o Palácio Beviláqua (sede do Tribunal de Justiça).

São ainda endereços de referência, duas superintendências de bancos oficiais, um hotel cinco estrelas, a Capitania dos Portos (Marinha do Brasil) e o Palácio Episcopal, sede da Arquidiocese, ao lado do qual está o mais importante templo católico do estado, a Igreja da Sé, ou seja, um lugar para onde convergem o poder político, a economia e a sociedade de um modo geral.

FOTOS BAÉTA/OMPIA PRESS



PALÁCIO DO COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO DO INÍCIO DO SÉCULO XX, ESTÁ MALCONSERVADO E TEM ANDARES ABANDONADOS

Dos imóveis ali existentes, cinco destoam do conjunto histórico: o Grand São Luís, o Edifício João Goulart (pertencente ao INSS), as superintendências dos bancos do Brasil e da Amazônia e a Base da Lenoca, todos com traços arquitetônicos modernos. Os demais datam do século XIX ou primeira metade do século XX, isto é, a avenida guarda um patrimônio inestimável, mas que está ameaçado pela falta de conservação.

Vale ressaltar ainda que foi neste ponto da cidade que os franceses tentaram fincar suas bases para a construção da França Equinocial. Apesar de apenas um forte de madeira e algumas palhoças terem sido erguidas, ainda assim o cenário guarda marca do estilo francês, mais tarde adaptado pelos moradores da cidade.



CASARÃO ABANDONADO AO LADO DO ANTIGO PRÉDIO DO INSS. ESTE PASSA POR REFORMA QUE JÁ DURA MAIS DE DEZANOS

## Vazio

O empresário João Martins Neto, proprietário da Caravelas Turismo, decidiu no ano passado, se transferir da Pedro II para a Avenida Colares Moreira, no moderno bairro do Renascença, segundo ele, para preservar os negócios. Ele ocupava um belo casarão pertencente ao espólio da família Nunes dos Santos, mas que vinha se tornando inadequado para o seu ramo de prestação de serviço, o turismo, focado na venda de passagens aéreas e pacotes de viagens. "O acesso à Pedro II é ruim, as condições de estacionamento também e nos finais de semana, quando o trânsito fica menos congestionado, não aparece ninguém", justifica.

Martins já foi, como presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagens (Abav), tanto nacional quanto estadual, divulgador do turismo de São Luís, e lamenta que a avenida tenha chegado a esta situação. Ele recorda que antes foi denominada Avenida Maranhense, era bem arborizada e servida por um bonde que fazia o transporte de passageiros. O empresário diz ainda que não há como avaliar o preço do imóvel que ocupava, pois que está em disputa pelos herdeiros.

Os outros prédios que estão sem nenhuma utilidade na Pedro II são o antigo Hotel Central (Palácio do Comércio), o casarão em que até o governo Eptácio Cafeteira funcionou a Secretaria de Comunicação e que seria transformado no Clube do Choro, o Edifício João Goulart, e as ex-sedes da Varig, do extinto Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), da Junta Comercial do Maranhão e da Base da Lenoca, que foi famoso também quando ali funcionou o Terraço Itália.

## Recuperação

No início de janeiro, a governadora Roseana Sarney, atendendo a



QUADRA DE CASARÕES COLONIAIS QUASE COMPLETAMENTE DESOCUPADA. EXCEÇÃO É O PRÉDIO DO SEBRAE (À DIREITA)

um apelo do presidente da Associação Comercial do Maranhão (ACM), Haroldo Cavalcante Júnior, prometeu reformar o Palácio do Comércio. Ela ainda não sabe o destino a ser dado ao imóvel, mas concorda que não pode continuar abandonado. Até os anos 1990, nele funcionaram o Hotel Central e a Federação do Comércio, depois abrigou o extinto Instituto Martinus Hoyer do Sebrae-MA e chegou a ser alugada pela Prefeitura Municipal. Pelo que sinalizou a governadora, o prédio poderá ser adaptado a um estabelecimento de ensino, a um centro de capacitação profissional ou mesmo uma secretaria ou outro órgão do governo.

Para o empresário Haroldo Júnior, por tudo que representou para a economia da cidade e para a sociedade, o Palácio do Comércio não pode ser condenado ao abandono.

Ele lamenta não haver recursos na sua entidade, a ACM, para recuperá-lo, já que o orçamento seria em torno de R\$ 5 milhões. Ele acredita, no entanto, que o Estado cumprirá sua parte, mandando reformá-lo e ocupá-lo.

O casarão em que funcionou a Varig, conforme apurou a reportagem, pertence hoje à publicitária Vanda Torres, proprietária da VCR, que foi procurada em seu endereço comercial, mas não retornou a ligação. Famoso pela sua beleza arquitetônica e pelos portões de ferro e vidro, o prédio está servindo de abrigo para sem tetos, ou melhor, para refúgio de desocupados, que nele escondem objetos de furto e consomem drogas. Quanto ao imóvel da Junta Comercial, ano passado foi anunciada a sua reforma, que até hoje não foi iniciada, tampouco há previsão de quando será.

*“O acesso à Pedro II é ruim, as condições de estacionamento também e nos fins de semana, quando o trânsito fica menos congestionado, não aparece ninguém”*

JOÃO MARTINS NETO,  
proprietário da Caravelas Turismo

## Aliança pelo Centro

A Pedro II é um dos endereços considerados prioritários para as ações da "Aliança pelo Centro Histórico", lançada quinta-feira, pelo Banco Mundial (Bird) e Prefeitura Municipal. Segundo o secretário municipal de Turismo, Liviomar Macatrão, um dos aspectos mais importantes desta parceria será a participação de empresários, representantes de órgãos de preservação, de empresas do ramo turístico, profissionais liberais e potenciais investidores do projeto, que podem revitalizar a parte tombada da cidade.

O projeto de revitalização do Centro Histórico terá início com

24 ruas onde há maior fluxo de turistas. Serão desenvolvidas atividades de estruturação da Comissão da Aliança pelo Centro Histórico, que será a responsável pela gestão do projeto; intervenções na limpeza urbana com equipes capacitadas e específicas para atuar no local; requalificação dos espaços e serviços públicos; eventos culturais no local e mobilização social.

Com salientou Kim Cuenco, representante do Bird, no evento de instalação da Aliança, "o Centro Histórico de São Luís, que é uma rica herança cultural, não pode ser considerado um problema; tem de ser valorizado como uma excepcional oportunidade econômica".

também traços modernos de arquitetura, o Grand São Luís não agride tanto, por estar recuado, mas o mesmo não pode se dizer da sede do Banco da Amazônia, que mais parece um caixote de concreto.

Não bastasse o estado precário dos imóveis, a avenida também padece da falta de cuidado urbanístico. Ao contrário do que foi até o início do Sec. XX, sua arborização é maltratada e feia e por onde circulava o bonde, hoje é ocupado por automóveis. (A.E.)

## Fuga do endereço

A Avenida Pedro II passou nestes últimos anos por um acelerado processo de esvaziamento dos seus imóveis. Com a falência da Varig (depois foi comprada pela Gol) e a privatização do Banerj deram-se de imediato duas desocupações. Em seguida vieram a transferência da Federação do Comércio para a Rua do Outeiro; o fechamento do Hotel Central; a ida da Junta Comercial, para a Praça João Lisboa, e do Tribunal de Contas do Estado (TCE), para o Jaracati.

O edifício em que funcionou o INSS está há mais de dez anos em processo de reforma. Ele foi uma das primeiras construções verticais da cidade, sendo considerado um elemento estranho para um conjunto dos prédios coloniais. Embora tenha

# Prefeito de Presidente Vargas responde a matéria do JP

O prefeito Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho (PRB), 42 anos, que administra o município de Presidente Vargas (a 174 km de São Luís), enviou ao *Jornal Pequeno* sua resposta à matéria publicada ontem, sob o título "Publicitária diz ter sido ameaçada pelo prefeito Gonzaga Júnior". O caso foi registrado na sexta-feira por Iraci Freire Rosa, 50 anos, no 13º Distrito Policial (Cohatrac). Veja a resposta de Gonzaga Júnior:

"Informo a este jornal que realmente comprei um imóvel da sra. Iraci Freire Rosa no valor de R\$ 80 mil no Sítio Itapiracó. E que, para minha surpresa, ao efetuar a primeira parcela de R\$ 25 mil, a mesma informou que o documento estava empenhado com o dono de um supermercado e que precisava de mais R\$ 15 mil para resgatar o documento, pois tinha uma dívida com o dono do supermercado há mais de 6 anos.

Então, depusitei mais R\$ 15 mil na agência do Banco do Brasil em Vargem Grande, sendo que tenho os comprovantes assinados pela mesma Iraci Freire Rosa.

Um mês após esse pagamento de R\$ 40 mil, fui procurado por um advogado dizendo que a casa estava em questão na Comarca de São José de Ribamar. O mesmo ligou para Iraci e ela disse que ia resolver.

Nesse intervalo, eu repassei para Iraci mais R\$ 21 mil, totalizando o valor de R\$ 61 mil. Iraci disse, então, que

precisava contratar um advogado para sua questão referente à casa, e me pediu mais R\$ 3 mil, sendo atendida.

Por todo esse período, eu venho tentando receber os documentos do imóvel e ela diz que a juíza ainda não despachou o processo.

Há uma semana, Iraci esteve em minha residência, em companhia de Paulo de Leandro, que trabalha com ela, dizendo que precisava de R\$ 6 mil para uma cirurgia. Eu lhe repassei R\$ 4 mil e fiquei de depositar R\$ 2 mil. Liguei várias vezes para Iraci em seu celular (9151-0024) para pegar o número de sua conta e a mesma não atendeu.

Acredito que foi proposital, pois ao chegar na casa que comprei dela, no Sítio do Itapiracó, acompanhado de um amigo, Adim Garcia, a fechadura havia sido trocada. Ao bater à porta, fui atendido por sua filha, que tentou impedir minha entrada.

A mesma ligou para sua mãe e contou que eu estava lá. Iraci se dirigiu ao local e conversamos longamente, estando presentes na casa a filha de Iraci, seu genro, seu ex-marido Marizaldo e seu filho caçula, de nome Neto.

Em nenhum momento estive acompanhado por qualquer homem armado, como ela afirma, e a pedido da própria Iraci estive lá também meu advogado, Paulo Humberto, sendo que ficou acertado que todos conversariam na presença da advogada de Iraci Rosa, dra. Marcela Abdalla,

para entrarem em um acordo.

O próprio ex-marido de Iraci, Marizaldo, me disse que o que Iraci está fazendo é tentando dar um golpe, se aproveitando da situação para se dar bem. O mesmo disse estar à disposição da Justiça para qualquer esclarecimento.

Informo, ainda, que Iraci me disse que esteve na Secretaria da Casa Civil do governo estadual, conversando com Luís Fernando Moura da Silva, e que se aconselhou com ele.

Segundo Iraci, Luís Fernando lhe teria dito que ela procurasse a Justiça e invadisse a casa. Eu lhe disse que não acreditava nessa versão.

Na segunda-feira, vou registrar um Boletim de Ocorrência contra a sra. Iraci por invasão de domicílio, pois a casa do Itapiracó tinha a mim como morador, além de meus móveis.

Iraci também terá de provar na Justiça tudo que afirmou na imprensa sobre mim.

Esclareço, ainda, que tenho todas as notas dos serviços e melhorias feitos na casa e de todo o dinheiro pago para Iraci, todos com sua assinatura.

Finalizo declarando que nunca fui citado como envolvido no assassinato do ex-prefeito Raimundo Bartolomeu Aguiar, o "Bertim", como Iraci afirma, e que acredito na Justiça do Maranhão, e não na "justiça" na qual Iraci crê.

*Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho, prefeito de Presidente Vargas.*



## A história e os sonhos levados numa enxurrada

**José Luiz Oliveira de Almeida\***

Eu nunca perdi a capacidade de me indignar diante de determinadas situações. Apesar de tudo que me causa estupor e revolta, ainda encontro tempo pra ser feliz, não obstante admita que, sobretudo nos dias atuais, com as informações batendo à nossa porta, não tem sido fácil.

É impossível, por exemplo, deixar de indignar-me com o mau uso do dinheiro público, principalmente nas prefeituras municipais. O que temostestemunhado, desde sempre, é que o cidadão assume hoje os destinos de um município, para, amanhã, ostensivamente, esbanjar, ostentar, sem pejo, sem o menor pudor, como se chamasse a todos nós de otários, ciente-querer da impunidade. Um dado, para ilustrar: o procurador da República, Travavvan Feitosa, disse que o Ministério Público apura desvios de recursos públicos federais em 122 das 244 prefeituras do Piauí e que a Procuradoria Geralda República, em Brasília, investiga mais prefeituras do Piauí envolvendo os prefeitos em exercício, que têm foro privilegiado. É de estarrecer!

Não posso, noutra giro, deixar de indignar-me com os gastos que são feitos nos pleitos eleitorais. É uma afronta, um desrespeito aos cidadãos que pagam impostos, sobretudo porque sei – sabemos todos, afinal – de onde sairá o dinheiro para “(re)compensar” os doadores, afinal, seria uma rematada tolice supor que alguém faça doações a troco de nada, por ideologia ou em face dos belos olhos ou do sorriso cativante do(a) candidato(a).

Diante desse quadro, ninguém diz nada. Parece até que tem que ser assim mesmo, que está tudo bem, que não há meios de se coibir esses abusos. E parece que não há mesmo. Fico com a impressão, diante de tanta inércia, de tanta acomodação, que estamos todos anestesiados; que essas questões, de tão corriqueiras, já não afetam a mais ninguém. É de causar insônia!

E o dinheiro da saúde? O dinheiro da saúde se esvai, também, no ralo da corrupção (vide caso FUNASA), e nada acontece. Quando muito, vem a público um ou outro político dizer que tudo será apurado e que os responsáveis serão punidos. Pura enganação, puro deboche, pura falta de respeito. Tudo ficará como está. Ninguém será punido. Como não se indignar?!

O que todos testemunhamos, estarrecidos, a quase doer, é que as pessoas morrem nas filas dos hospitais em busca de atendimento, como consequência do dinheiro desviado; dinheiro que faz a felicidade de uns poucos, em detrimento da desgraça da maioria. Essas mesmas pessoas – que nomino vítimas do desprezo estatal –, quando, enfim, conseguem ser “atendidas”, são jogadas nos corredores dos hospitais públicos, como se fossem de uma sub-raça, uma subespécie, como se pobre não tivesse sentimento, não sentisse dor, não chorasse a morte de um parente ou de um amigo, como se, enfim, não fosse digno de respeito. Como não se revoltar?!

As desditas, os desmandos não param por aí. Nesse sentido, importa destacar o gravíssimo problemahabitacional, que favorece a ocorrência de tragédias como a que testemunhamos, con-

tristados e revoltados, no Rio de Janeiro.

Todos anos é a mesma coisa: as pessoas humildes, sem ter onde morar, por pura falta de vontade política (gasta-se mais com reconstrução que com prevenção), sobem os morros, constroem seus casebres, enfrentando toda sorte de dificuldade, para, depois, com as primeiras chuvas, verem seus sonhos, suas vidas e suas histórias levados numa enxurrada. É que, nesses casos, as enxurradas não se limitam a levar a casa, a moradia, o abrigo, fisicamente considerados. Elas levam, também, toda uma história de vida, o resultado de muito labor, o suor derramado, as noites insones, os calos nas mãos, os sonhos sonhados, os projetos de vida, as perspectivas e as expectativas de uma vida melhor e mais digna.

Com as águas das chuvas de verão são levados, na mesma balada, as fotografias da família, os (poucos) brinquedos dos filhos, a muda de roupa e o sapato engraxado, guardados para as ocasiões especiais. O sofá que reunia a família em torno da televisão, a carteira de trabalho com o registro do primeiro emprego, as cartas recebidas dos parentes distantes, as lembranças do casamento e dos tempos de namoro, os presentes, a bandeira do time de coração, o troféu conquistado nos campos de várzea, as (poucas) economias sob o colchão da cama, a própria cama, que testemunhou momentos de entrega, os projetos de vida e a frustração de não poder realizá-los, também, são levados pela inclemente enxurrada. Por culpa de quem?!

"Feliz" de quem, diante de uma tragédia como essa que se

abateu sobre o Rio de Janeiro, testemunhou serem levados pelas águas da chuva "apenas" a casa, os utensílios domésticos e parte da sua história, permanecendo vivo para tentar reconstruir a sua vida –do zero, do nada, do que não restou, do pouco, do quase nada que ficou. E os responsáveis por essa situação, como ficam?!

Eu não sei encarar com indiferença esses fatos. Eu me entrego, me indigno, me revolto, tomo as dores dessas pessoas, conquanto entenda que nada posso fazer, mesmo porque os que podem fazer nada fazem, cruzam os braços, agem sempre pensando no seu próprio futuro e no bem-estar dos seus e dos que estão muito próximos dos seus. É isso aí. É assim mesmo, sem tirar nem pôr. É assim mesmo que agem os nossos homens públicos.

E o amanhã, como vai ser? No próximo verão, teremos a resposta.

Eu passaria um dia relatando as coisas que me causam indignação. Não vou fazê-lo agora, entretanto, porque preciso dar uma pausa para voltar a ser feliz, até a próxima notícia que me infelicitará outra vez.

Para que não se dê a esta crônica a dimensão que não tem, anoto que o magistrado é, antes de tudo, um cidadão; e, como cidadão, tenho o direito de expor as minhas inquietações, com o que, consigno, não afronto nenhuma norma de conduta.

*\*É desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão*  
Blog:  
[WWW.joseluizalmeida.com](http://WWW.joseluizalmeida.com)  
e-mail:  
[jose.luiz.almeida@globo.com](mailto:jose.luiz.almeida@globo.com)

## Magistratura

Completando 25 anos de valiosas contribuições à sociedade e ao judiciário, a Escola Superior de Magistratura do Maranhão realizou ato solene na sexta-feira quando foram entregues medalhas de reconhecimento a personalidades, além do lançamento de nova edição do Código de Organização Judiciária do Maranhão, de autoria do desembargador Cleones Cunha, ex-dirigente e entusiasta da casa.